



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

17 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.

DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO
PRIMEIRO-MINISTRO TAKEO MIKI.

Senhor Primeiro-Ministro.

Ontem, nas palavras com que agradei, a Sua Majestade o Imperador, a honrosa homenagem que prestava ao Chefe de Estado do Brasil, tive a oportunidade de salientar quão próximos se sentem os nossos povos, por simpatias naturais, não obstante a distância geográfica que nos separa e as diferenças históricas e culturais na formação de cada país.

Essas simpatias, espontâneas no plano do relacionamento entre nossos povos, encontram correspondência ao nível das relações entre os nossos Governos.

Tem sido norma de conduta de meu Governo encarar as relações internacionais com sereno pragmatismo, pragmatismo que nada mais deseja ser do que uma clara percepção da realidade para arlequar os meios de ação aos objetivos nacionais, dentro de um quadro de referência que se confunde com a própria realidade brasileira.

Não me cabe interpretar a política externa japonesa. Na medida, porém, em que é próprio do esforço diplomático buscar coincidências de objetivos e estimular convergências de interesses entre as

Nações, vejo nítidos os traços de aproximação entre nossos políticos.

Para países de grandes potencialidades, a complexidade do quadro internacional é um desafio à presença; não deve ser incentivo ao isolamento. E essa presença, no mundo de hoje, é necessariamente universal, ecumênica.

Ressalto como coincidência fundamental, em nossas políticas externas, o compromisso, em ambos os países constitucional, de servir à causa da paz. Nem se apartam nossos Governos no entendimento de que a paz é, também, outro nome da justiça, da segurança, do desenvolvimento, da liberdade e da responsabilidade social.

Porque esses são os nossos objetivos, queremos que a paz prevaleça para toda a humanidade. E não cremos possa ela ser construída nem pela força nem por nobres ilusões. A ordem internacional duradoura não dispensará a convicção madura, por parte dos Estados, de que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo. Como, também, não poderá dispensar o comportamento conseqüente que terá de se caracterizar pelo irrestrito respeito recíproco entre os Estados, a não-interferência, a genuína consideração das vontades nacionais.

Nos entendimentos que tive com Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, pude comprovar ampla margem de convergência nas preocupações fundamentais de nossos Governos.

Como o Japão do pós-guerra, o Brasil segue uma diplomacia de paz, voltada para os interesses nacionais de desenvolvimento econômico e social, desprovida de preconceitos, preocupada com assegurar, às gerações presentes e vindouras, a segurança e a prosperidade a que fazem jus.

Tais objetivos levam-nos a assumir responsabilidades crescentes, na esfera internacional. Encaramos esse papel, com realismo e modéstia. Sabemos que essas responsabilidades envolvem exposição maior, decisões mais graves a tomar, riscos a enfrentar, mas que representam também maior margem de ação, mais amplas oportunidades de escolha, canais novos de expressão, em suma, instrumentalidade mais variada para o exercício da vontade nacional.

Nesse sentido, as relações entre o Brasil e o Japão alcançaram, progressivamente, elevada importância política. Minha presença em Tóquio é um símbolo dos vínculos sólidos e duradouros que unem as duas Nações.

Por seus fundamentos e suas potencialidades, as relações entre nossos países inserem-se, necessariamente, numa perspectiva de longo prazo. Elas exigem, por isso mesmo, um entendimento pleno, de Governo a Governo, que preserve o diálogo em bases autenticamente nacionais. Nossa cooperação bilateral é e será profícua porque repousa em bases sadias e estáveis: uma cooperação entre parceiros livres que buscam o benefício comum. Essa colaboração tem sido isenta de conflitos e de temores por-

que se fundamenta no genuíno respeito de um país pelo outro. A confiança recíproca que tal espírito gerou preservará a associação entre nossos povos e nossos Governos.

Senhor Primeiro-Ministro,

A causa da paz reclama o diálogo. De nossa parte, a ele não nos temos furtado onde quer que nossa presença possa ser útil e propiciar ajuda.

Partilhamos com o Governo e o povo do Japão da convicção de que o mundo de agora é, de fato, «um mundo só». A interdependência entre os Estados não é apenas uma opção política — é uma condição de sobrevivência.

Sabemos, também, que a interdependência não deve significar renúncia à independência. E que ela só é legítima quando fiel ao compromisso de justiça e de igualdade, que é a própria base da convivência internacional.

Sensíveis a essa realidade, nossos países investem-se de responsabilidade específica na construção da nova ordem internacional, uma nova ordem que seja verdadeiramente benéfica a todos os povos que ainda enfrentam a batalha árdua do desenvolvimento.

Por todas essas razões, a finalidade do diálogo entre Brasília e Tóquio não se esgota no plano dos interesses bilaterais e imediatos. Creio que, na esfera da política internacional, o Brasil e o Japão encontram reais motivos para o diálogo e entendimento construtivos.

Estou certo de que as conversações que mantivemos e ainda voltaremos a manter, fornecerão contribuição positiva à cooperação entre os nossos Governos no plano internacional.

O Japão desfrutou, sempre, de reconhecida capacidade de atuação no cenário mundial, compatível com as grandes responsabilidades que seu povo e seu Governo podem assumir. O mundo do futuro requererá, mais e mais, essa participação japonesa, em decisões que afetam toda a humanidade. Essa, a consequência irrecusável da projeção externa dos interesses nacionais.

Meu país é novo no plano universal. Conta-se por anos o período recente no qual a projeção dos nossos interesses nos levou a sentir que nada do que é humano, no plano universal, pode nos ser estranho. Mas chegamos a esse sentimento por um processo de conscientização progressiva e racional. Temos, por isso, como povo e como Governo, noção clara de nossas responsabilidades, objet'vos e possibilidades. E estamos dispostos a vindicar a nossa parte de benefícios tanto quanto, em contrapartida, a aceitar a nossa parte de obrigações, no vasto complexo das relações internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao agradecer, por intermédio de Vossa Excelência, a hospitalidade do Governo japonês, quero repetir quão genuínos são os sentimentos de amizade que unem os nossos dois povos.

A esses sentimentos, peço que bebamos agora. E que nossos votos se dirijam, também, a Vossa Excelência, a quem desejamos um futuro pleno de venturas.